



Processo n.º: 10.681/2012 (digitalizado)

Apensos n.ºs: 040.001.242/2012, 480.000.060/2012 e 480.000.470/2012¹

Origem: Administração Regional do Cruzeiro – RA XI

Assunto: Tomada de Contas Anual – TCA

Ementa: Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas, agentes de material e demais responsáveis da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI, referente ao exercício financeiro de 2011. Controle Interno pugna pela regularidade com ressalva das contas. Decisão n.º 4.542/2016: conhecimento da TCA e audiência dos responsáveis para apresentarem razões de justificativa acerca das irregularidades apontadas, ante a possibilidade do julgamento irregular de suas contas, conforme previsto no artigo 17, inciso III, alínea “b”, da LC n.º 01/1994, bem como da aplicação da multa prevista no inciso I do artigo 57 da mesma norma. Ingresso de pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Sr. Salin Siddartha Martins Diniz. Despacho Singular n.º 545/2016 – GCIM: concessão parcial. Manifestação dos responsáveis. Arguição de suspeição suscitado pelo Sr. Salin Siddartha Martins Diniz. Decisão n.º 3.957/2017: sobrestar o exame de mérito das razões de justificativa em razão do incidente processual de arguição de suspeição. Decisão n.º 87/2017: autorizar a retomada da tramitação regular do Processo n.º 10.681/2012. Decisão n.º 2.820/2018: julgar regulares as contas do Sr. Wanroger Carmo Fortes; regulares com ressalvas as contas dos Srs. José Eustáquio Alves Moreira, Francisco das Chagas Mota e Sra. Shileymar Medeiros Cavalcante e irregulares as contas dos Srs. Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima, com aplicação de multa individual no valor de R\$ 10.000,00. Decisão n.º 3.836/2018: conhecimento da peça recursal interposta pelo Sr. José Eustáquio Alves Moreira como Recurso de Reconsideração contra os termos da Decisão n.º 2.820/2018 e do Acórdão n.º 172/2018 com efeito suspensivo, naquilo que diz respeito ao ora recorrente. Decisão n.º 4.458/2018: conhecimento do Recurso de Reconsideração apresentado pelo Sr. Salin Siddartha Martins Diniz, contra os termos da Decisão n.º 2.820/2018 e do Acórdão n.º 173/2018, com efeito suspensivo, naquilo que diz respeito ao ora recorrente. Decisão n.º 5.133/2018: conhecer da peça recursal interposta pelo Sr. Abraão Cavalcante Lima como Recurso de Reconsideração contra os termos da Decisão n.º 2.820/2018 e do Acórdão n.º 173/2018, conferindo-lhe efeito suspensivo. Decisão n.º 3.003/2019: dar parcial provimento ao recurso do Sr. José Eustáquio Alves Moreira contra os termos da Decisão n.º 2.820/2018 e do Acórdão n.º 172/2018, reformando-os para afastar as ressalvas relativas aos subitens 2.1, 2.2, 2.4/2.9 do Relatório de Auditoria n.º 03/15-DIRAGI/CONAG/SUBCI/CGDF, mantendo inalteradas as demais falhas, no que concerne ao recorrente; rejeitar as preliminares suscitadas pelo Sr. Salin Siddartha Martins Diniz; no mérito, negar provimento aos recursos interpostos pelos Srs. Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima. Decisão n.º 430/2020: conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Abraão Cavalcante Lima em face da Decisão n.º 2.820/2018, desprovido de efeito suspensivo; não conhecer do pedido

¹ associados



de reexame interposto pelo Sr. Abraão Cavalcante Lima contra a Decisão n.º 3.003/2019, uma vez que inadequado para processo de contas. Decisão n.º 2.371/2020: negar provimento ao recurso de revisão interposto pelo Sr. Abraão Cavalcante Lima, mantendo incólumes a Decisão n.º 2.820/2018 e o Acórdão n.º 173/2018. Inércia dos responsáveis. Encaminhamento à PGDF para cobrança judicial e à SEE/DF para implementação de desconto em contracheque. Ação anulatória no TJDF. Requerimento de informações pela PGDF. Parcelamento da multa. **Nesta fase**: análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva pugna pelo conhecimento das peças eletrônicas n.ºs 144 a 167 e arquivamento dos autos. Parecer ministerial convergente. VOTO em harmonia com a unidade instrutiva e com o *Parquet* especial, com ajustes redacionais e acréscimo.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas, agentes de material e demais responsáveis da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI, referente ao exercício financeiro de 2011, cujos responsáveis constam elencados às fls. 43/44.

Na Sessão Ordinária n.º 5.044, de 12.06.2018, o Tribunal prolatou a **Decisão n.º 2.820/2018** (e-DOC 5CF6845C), com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento; a) das razões de justificativa apresentadas nos Anexos I, II e III pelo Sr. Salin Siddhartha Martins Diniz, e as acostadas às fls. 81/83 pelo Sr. Abraão Cavalcante Lima, para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes; b) das Informações n.ºs 63/2017 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 86/118) e 30/2018 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 147/151); c) dos Pareceres n.ºs 0673/2017 – MF (fls. 119/151) e 370/2018- GP1P (fls. 152/170); II – julgar: a) regulares, com fulcro no art. 17, inciso I, da LC n.º 01/1994, as contas referentes ao exercício financeiro de 2011 da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI relativas ao Sr. Wanroger Carmo Fortes (Chefe do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios Substituto no período de 04.07.2011 a 18.07.2011); b) regulares, com ressalvas, com fulcro no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, as contas referentes ao exercício financeiro de 2011, da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI, relativas ao Sr. José Eustáquio Alves Moreira (Diretor de Administração Geral no período de 01.01 a 05.06.2011), em relação às impropriedades apuradas nos subitens 2.1 – Impropriedades na elaboração de projeto básico; 2.2 – Impropriedades na deflagração de tomada de preços; 2.3 – Ausência de prova de registro de empresa produtora de evento junto ao Ministério do Trabalho; 2.4 – Ausência de parecer jurídico em ato de inexigibilidade para realização de eventos; 2.5 – Ausência de projeto básico na realização de evento; 2.6 – Ausência de ato de ratificação de inexigibilidade de licitação na realização de eventos; 2.7 – Fracionamento de despesa com serviços de manutenção de frota e



máquinas motomecanizadas; 2.8 – Irregularidades na contratação de serviços de engenharia; 2.9 – Aceite de itens não integrantes de bonificação e despesas indiretas (BDI – – Acórdão nº 2369/2011/Plenário-TCU; 3.5 – Saldo à conta de imóveis a regularizar; 3.7 – Saldo na conta compensada de contratos com terceiros do Relatório de Auditoria nº 03/2015- DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 263/270 do Processo nº 040.001.242/2012) e Sr. Francisco das Chagas Mota e Sra. Shileymar Medeiros Cavalcante (Chefes do Núcleo de Material, Patrimônio e Próprios nos períodos de 28.01 a 19.06.2011 e 20.06 a 31.12.2011, respectivamente), em relação à impropriedade apurada no subitem 2.10– Inação administrativa visando o saneamento de impropriedades constantes do relatório da Comissão Inventariante, concernente ao mesmo relatório de auditoria; c) **irregulares**, com fulcro no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 01/1994, **as contas referentes ao exercício financeiro de 2011 da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI, relativas aos Srs. Salin Siddhartha Martins Diniz (administrador regional no período de 01.01.2011 a 31.12.2011) e Abraão Cavalcante Lima (diretor de administração geral no período de 20.06.2011 a 31.12.2011), em relação às irregularidades constantes dos subitens 8 – Índícios de fraude à licitação – Processo nº 139.000.219/2011; 9 - Índícios de fraude à licitação – Processo nº 139.000.300/2011; 11 - Índícios de fraude à licitação – Processo nº 139.000.132/2011; 13 - Índícios de fraude à licitação – Processo nº 139.000.308/2011 relativos ao Relatório de Inspeção nº 05/2012- DIRAD/CONAG/CONT/STC (fls. 03/23 do Processo nº 480.000.470/2012); III – com fulcro no art. 20, parágrafo único, c/c o art. 57, inciso I, da LC nº 01/1994, aplicar aos responsáveis a que alude a alínea “c” do item II retro , multa individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), notificando-os para que, no prazo de 30 (trinta) dias, procedam ao recolhimento da multa que lhes foi imputada, encaminhando ao Tribunal cópia do comprovante do respectivo pagamento e autorizando, desde logo, a adoção das medidas previstas no art. 29 da LC nº 01/1994; IV – com fulcro no art. 60, da LC nº 01/1994, aplicar aos responsáveis a que alude a alínea “c” do item II retro, penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, pelo prazo de 05 (cinco) anos; V – em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.1998, e com o disposto no art. 24, incisos I e II, da LC nº 01/1994, considerar os responsáveis elencados nas alíneas “a” e “b” do item II retro, quites com o erário distrital, no que tange ao objeto da tomada de contas anual em apreço; VI – determinar, na forma do art. 19 da Lei Complementar nº 01/1994, aos atuais ordenadores de despesa e demais responsáveis da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI, que adotem as medidas necessárias à correção das falhas e impropriedades descritas no item III, alíneas “b” e “c”, retro; VII – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VIII – autorizar: a) a devolução do Processo nº 040.001.242/2012 à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – Sefaz/DF e os Processos nºs 480.000.060/2012 e 480.000.470/2012 à Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF; b) o retorno dos**



autos à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para adoção das providências pertinentes.” (grifos nossos)

Irresignados com os termos da referida deliberação plenária, os Srs. José Eustáquio Alves Moreira, Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima apresentaram recursos de reconsideração.

Em relação ao Sr. José Eustáquio Alves Moreira, o Tribunal deliberou, mediante a Decisão n.º 3.003/2019 (e-DOC A99EA83C), pelo parcial provimento a sua apelação, de forma a excluir das ressalvas de suas contas os subitens 2.1, 2.2, 2.4/2.9 do Relatório de Auditoria n.º 03/15-DIRAGI/CONAG/SUBCI/CGDF, mantendo inalteradas as demais falhas.

No que tange aos Srs. Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima, a mesma deliberação negou provimento aos seus recursos, mantendo, assim, o julgamento pela irregularidade de suas contas.

Ato contínuo, o Sr. Abraão Cavalcante Lima ofertou Recurso de Revisão, que no mérito, teve provimento negado por intermédio da Decisão n.º 2.371/2020 (e-DOC B3822C48-e).

Assim, esgotados os prazos para o Sr. Salin Siddartha Martins Diniz comprovar o recolhimento da multa individual que lhe fora imposta por intermédio do Acórdão n.º 173/2018, o d. Órgão Ministerial encaminhou a matéria à Procuradoria do Distrito Federal, para as medidas cabíveis em relação ao Sr. Salin Siddartha Martins Diniz.

O Sr. Abraão Cavalcante Lima também não compareceu aos autos para comprovação do recolhimento da multa que lhe fora imposta pelo Acórdão n.º 173/2018, neste caso, a Secretaria de Estado de Educação – SEE/DF encaminhou ofício (e-DOC BD7187B7-c), informando ter implementado diretamente no contracheque do referido servidor o desconto parcelado para quitação da multa imposta pela Corte.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 2/2021 – SECONT/2ªDICONTE (e-DOC F8CA804B-e), ao analisar a matéria, teceu as seguintes considerações:

*(...) “a Procuradoria-Geral do DF solicitou informações ao Tribunal, tendo em vista que os Srs. **Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima** ajuizaram ação anulatória de ato administrativo, com pedido de tutela de urgência, contra ato atribuído à Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, consubstanciado na Decisão TCDF nº 2820/2018, e respectivo Acórdão nº 173/2018, proferidos no âmbito deste processo.*

11. Conforme informado nas Notas nº 456/2020-CJP (e-DOC 2F26E18C-e, peça nº 162) e 33/2021-CJP (e-DOC F93B4D5A-e, peça nº 166) encaminhadas à SEGECEX, o requerimento foi atendido, por intermédio dos Ofícios nº 128/2020-CJP (e-DOC



AFAF2CA4-c, peça nº 160) e 12/2021-CJP (e-DOC A7603FF7-c, peça nº 165).

12. Sendo assim, encontra-se, no momento, exaurida a atuação do Controle Externo, motivo pelo qual os presentes autos devem ser arquivados.” (grifos do original)

Ante o exposto, sugeriu ao egrégio Plenário que:

“I. tome conhecimento das peças de nº 144 a 167 do Processo nº 10.681/2012;

II. autorize o arquivamento dos autos.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, mediante o Parecer n.º 253/2021 – G1P/ML (e-DOC 1D464BA7-e), da lavra do ilustre Procurador em substituição Marcos Felipe Pinheiro Lima, após contextualizar o feito, manifestou de forma convergente com a unidade instrutiva, com a seguinte observação:

*“13. Apenas anoto a juntada ao feito do Ofício nº. 100/2021 –GPG (Peça 175, e-DOC E51A57FD-e), que encaminhou em anexo o Ofício nº 157/2021 -PGDF/SEGER remetido pelo Processo nº 00020-00003666/2021-88-e(Peças 173 e 174, e-DOCs 520796F9-ce 58A718C5-c, nessa ordem), por meio do qual a PGDF informou o parcelamento da multa aplicada pelo TCDF ao **Sr. Salin Siddartha Martins Diniz** nestes autos.” (grifos do original)*

É o relatório.



VOTO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas, agentes de material e demais responsáveis da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI, referente ao exercício financeiro de 2011, cujos responsáveis constam elencados às fls. 43/44.

A Corte de Contas exarou a **Decisão n.º 2.820/2018**, de 12.06.2018, deliberando, no que interessa nessa fase processual, pela regularidade com ressalvas das contas do Sr. José Eustáquio Alves Moreira e irregularidade das contas dos Srs. Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima, com aplicação de multa individual de R\$ 10.000,00.

Irresignados com os termos da referida deliberação plenária, os Srs. José Eustáquio Alves Moreira, Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima apresentaram recursos de reconsideração.

Em relação ao Sr. José Eustáquio Alves Moreira, o Tribunal deliberou, mediante a Decisão n.º 3.003/2019 (e-DOC A99EA83C), pelo parcial provimento a sua apelação, de forma a excluir das ressalvas de suas contas os subitens 2.1, 2.2, 2.4/2.9 do Relatório de Auditoria n.º 03/15-DIRAGI/CONAG/SUBCI/CGDF, mantendo inalteradas as demais falhas.

No que tange aos Srs. Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima, a mesma deliberação negou provimento aos seus recursos, mantendo, assim, o julgamento pela irregularidade de suas contas.

Ato contínuo, o Sr. Abraão Cavalcante Lima ofertou Recurso de Revisão, que no mérito, teve provimento negado por intermédio da Decisão n.º 2.371/2020 (e-DOC B3822C48-e).

Assim, esgotados os prazos para o Sr. Salin Siddartha Martins Diniz comprovar o recolhimento da multa individual que lhe fora imposta por intermédio do Acórdão n.º 173/2018, o d. órgão ministerial encaminhou a matéria à Procuradoria do Distrito Federal, para as medidas cabíveis em relação ao Sr. Salin Siddartha Martins Diniz.

O Sr. Abraão Cavalcante Lima também não compareceu aos autos para comprovação do recolhimento da multa que lhe fora imposta pelo Acórdão n.º 173/2018, neste caso, a Secretaria de Estado de Educação – SEE/DF encaminhou ofício (e-DOC BD7187B7-c), informando ter implementado diretamente no contracheque do referido servidor o desconto parcelado para quitação da multa imposta pela Corte.

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 2/2021 – SECONT/2ªDICONTE, informa que:

(...) “a Procuradoria-Geral do DF solicitou informações ao Tribunal, tendo em vista que os Srs. Salin Siddartha Martins Diniz e Abraão



Cavalcante Lima ajuizaram ação anulatória de ato administrativo, com pedido de tutela de urgência, contra ato atribuído à Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, consubstanciado na Decisão TCDF nº 2820/2018, e respectivo Acórdão nº 173/2018, proferidos no âmbito deste processo.

11. Conforme informado nas Notas nº 456/2020-CJP (e-DOC 2F26E18C-e, peça nº 162) e 33/2021-CJP (e-DOC F93B4D5A-e, peça nº 166) encaminhadas à SEGECEX, o requerimento foi atendido, por intermédio dos Ofícios nº 128/2020-CJP (e-DOC AFAF2CA4-c, peça nº 160) e 12/2021-CJP (e-DOC A7603FF7-c, peça nº 165).

Dinte disso, conclui que foi “exaurida a atuação do Controle Externo, motivo pelo qual os presentes autos devem ser arquivados”, na qual foi acompanhada pelo *Parquet* especial conforme o Parecer n.º 253/2021-G1P/ML.

Compulsando os autos, verifico que não há outro caminho a ser percorrido no desfecho dos presentes autos diferente ao indicado pelas instruções, de fato, a atuação do Controle Externo foi exaurida.

Dessa forma, não vislumbro quaisquer reparos às manifestações da unidade instrutiva e do Ministério Público, motivo pelo qual adoto como razões de decidir os fundamentos lançados na Informação n.º 2/2021 – SECONT/2ªDICONTE e no Parecer n.º 253/2021-G1P/ML.

Ante o exposto, em harmonia com as sugestões externadas pela unidade instrutiva e pelo Ministério Público de Contas, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I. tome conhecimento;
 - a) do Ofício n.º 574/2020 - MPC/PG (e-DOC E3A50367-c) do Ministério Público de Contas, noticiando o envio das documentações necessárias à PGDF com vistas à cobrança judicial da multa imposta ao Sr. Salin Siddhartha Martins Diniz, pela Decisão n.º 2.820/2018 e Acórdão n.º 173/2018;
 - b) do Ofício n.º 1440/2020 – SEEC/GAB/ASTEC (e-DOC BD7187B7-c) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal informando que foi implementado o desconto da multa imposta ao Sr. Abraão Cavalcante Lima, pela Decisão n.º 2.820/2018 e Acórdão n.º 173/2018, de forma parcelada, em sua folha de pagamento.
 - c) dos Ofícios n.ºs 128/2020-CJP (e-DOC AFAF2CA4-c) e 2/2021-CJP (e-DOC A7603FF7-c) da Consultoria Jurídica da Presidência deste Tribunal informando o encaminhamento à PGDF de informações solicitadas em razão de ação anulatória de ato administrativo, com pedido de tutela de urgência, ajuizadas pelos Srs. Salin Siddhartha Martins Diniz e Abraão Cavalcante Lima, contra ato atribuído à Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, consubstanciado na



Decisão TCDF n.º 2820/2018, e respectivo Acórdão n.º 173/2018;

- d) do Ofício n.º 157/2021 – PGDF/SEGER (e-DOC 58A718C5-c), comunicando a este Tribunal que o Sr. Salin Siddartha Martins Diniz parcelou administrativamente a multa imposta pela Decisão n.º 2.820/2018 e Acórdão n.º 173/2018;
- e) das demais informações carreadas ao feito após a prolação da Decisão n.º 2.371/2020;
- f) da Informação n.º 2/2021 – SECONT/2ªDICONTE (e-DOC F8CA804B-e);
- g) do Parecer n.º 253/2021 – G1P/ML (e-DOC 1D464BA7-e);

II. autorize:

- a) o envio de cópia da Decisões n.º 2.820/2018 e Acórdão n.º 173/2018 e da decisão a ser proferida à Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE/SEGECEX, para adoção das medidas prescritas no art. 5º, inciso III, da Portaria n.º 394/2018-TCDF, em relação ao acompanhamento do desconto em folha de pagamento a que alude o item I.b;
- b) o retorno dos autos à Secont/TCDF, para adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2021

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator